



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 14 de janeiro de 2015

N.º 01/2015

Aos catorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e sete minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e seis minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores: André Valente Martins, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Fernando Miguel Catarino José.

O Sr. Vereador Fernando Jorge de Oliveira Paulino, em substituição do Sr. Vereador João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, a Chefe da Divisão de Administração Geral, Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes.

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador André Valente Martins, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador André Valente Martins, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Alexandra Potrica Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Luis Rodrigues – No início de trabalhos deste ano, mais uma vez quero desejar a todos os presentes, às famílias, aos setubalenses e azeitonenses um ótimo ano, quer no concelho, quer no país, que venhamos a ter nos próximos tempos mais sinais de esperança. É o que pretendemos para todos nós, quer em termos individuais, quer coletivos. Hoje só trago um assunto e já o referi na última reunião. Trago-o novamente porque não ficou nada esclarecido e quando levantei a questão ela foi afluída de alguma maneira, mas julgo que é muito importante, mesmo muito importante, que esta questão seja esclarecida o mais rapidamente possível, quer os seus contornos, quer o que a causou e que procedimentos é que estão a ser feitos. Uma das respostas que a Sra. Presidente deu na última reunião é que tinha recebido um ofício e sobre isso nada sabíamos.

Como sabem levantei a questão a propósito de uma notícia que saiu num Jornal Económico de 20 de novembro de 2014 cujo título era “Governo retém verbas a 54 municípios para pagar a fornecedores” e o concelho de Setúbal aparecia logo em 2.º lugar depois de Portimão. Sei que na altura aparecia com um valor de cerca de 4,5 milhões de euros de retenção para pagar a fornecedores. Nessa notícia o que referia era que Setúbal não estava a cumprir no que respeitava à não redução de pagamentos em atraso. Entretanto a Sra. Presidente na sua intervenção parece-me que também falou na questão dos limites de endividamento e referiu que tinha recebido há pouco tempo um ofício sobre esta questão. Senhora Presidente, 4,5 milhões de euros é muito dinheiro, porque é que não estamos a cumprir ou o que é que se passa? Já foi dada alguma resposta ou não foi? Como disse que existia esse documento queria tê-lo, porque é muito relevante e não se pode passar um bocadinho ao lado sem resposta. Julgo que não é só para mim, é para todos nós, é para o concelho de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Desejar também um bom ano a todos e que 2015 seja um pouco ou muito melhor do que 2014.

Saindo um pouco do protocolo, dar os parabéns ao vereador Pedro Pina que foi pai. Muita saúde para o bebé, para os pais, para todos vós e que se transforme num grande socialista só para chatear o pai. Os filhos têm essa tendência de provocar os pais, só por isso, mais nada.

Na passada semana, no dia 9 de janeiro, comemorou-se o nascimento da Luísa Todi e tinha aqui duas situações, um alerta e um outro que penso que já aqui falámos no passado e que tem a ver com o facto de nós os vereadores da oposição não termos conhecimento de muitos dos eventos que a Câmara Municipal realiza. Não fomos convidados e nem tivemos conhecimento, mas gostamos de participar sempre que somos convidados e na medida das nossas possibilidades e esse era um evento que realmente gostaríamos de ter participado. Faço aqui um alerta para o protocolo, não sei quem define, quem envia os convites para quem, mas era algo que gostaríamos que fosse tomado em atenção. Para estas situações e outras no passado recente, soubemos pela comunicação social que foram realizados alguns eventos e gostaríamos que fosse tomado algum cuidado, porque achamos que existe muitos

eventos de interesse, nos quais gostaríamos também de participar e não temos tido conhecimento ou só tomamos à posteriori.

Gostaria de perguntar à Sra. Presidente o que é que está projetado em relação à casa onde nasceu a Luísa Todi? Julgo que o imóvel faz parte da Câmara Municipal de Setúbal, passei por lá há poucos dias, a casa está inserida numa zona com alguns edifícios que estão abandonados, o que dá uma imagem extremamente negativa da zona. A casa não está abandonada, mas tem uma pintura que acho que também não é condizente com a figura da Luísa Todi e era importante fazermos ali alguma coisa. Tem alguns vidros partidos e também era importante numa primeira ação reparar, sendo o imóvel da câmara e património municipal, porque dá uma imagem muito negativa e era importante ter atenção a isso.

Queria pegar neste assunto da casa com o estudo urbanístico do Baluarte de Santo Amaro, que ainda há bem pouco tempo votámos aqui e em que levantei algumas questões sobre a definição dos limites. Esta casa está a 4 ou 5 casas de distância do limite desse estudo, se quer que esse Baluarte faça parte de um roteiro e que essa zona seja intervencionada de uma forma muito positiva, não só da parte cultural e arquitetónica, mas também de um miradouro natural para a cidade, era importante fazer a interligação desse Baluarte com a casa onde nasceu a Luísa Todi, na Rua da Brasileira, que depois vem ligar cá em baixo ao Largo da Fonte Nova. Há ali um trajeto e toda uma zona que importa ter um projeto que não seja só a pintura ou a recuperação exterior do edifício, é preciso algo mais. Julgo que existe um grande potencial naquela zona, também temos ali o Palácio Feu Guião, que apesar de ser de um particular também se encontra em mau estado de conservação. Era importante haver, eventualmente, um concurso de ideias que até poderia ser lançado nas escolas, juntamente com a Ordem dos Arquitetos, por exemplo, porque é um edifício de reduzidas dimensões, mas está inserido numa área que podia potenciar o interesse turístico e cultural da zona.

Sr. Vereador Pedro Pina – Em primeiro lugar muito bom ano a todos, agradecer as palavras simpáticas do Sr. Vereador Paulo Lopes, o meu filho Álvaro agradece e naturalmente que a vida encarregar-se-á de lhe transmitir os valores que ele entenda seguir para ser um homem, não que tenha uma vida consentida, mas uma vida com sentido e cá estaremos. Muito obrigado pelas suas palavras.

Queria aproveitar este momento para dar nota de uma questão que creio que naturalmente a todos nos lisonjeia e que tem a ver com uma notícia que saiu no nosso jornal da cidade “O Setubalense” a propósito da valorização do serviço de oftalmologia do Hospital de São Bernardo, o qual foi considerado como um dos serviços de excelência, o melhor do país. Tendo esta bancada da CDU, por diferentes momentos ao longo do ano de 2014, vindo a defender o Serviço Nacional de Saúde, temos aqui um bom exemplo daquilo que é a importância do nosso Centro Hospitalar, dando naturalmente resposta àquilo que é uma necessidade efetiva das populações e prestando um serviço de excelência à população de Setúbal, mas também a todos aqueles que este Centro Hospitalar serve. É com grande satisfação que vemos este serviço ser reconhecido, em termos do ranking nacional, como o melhor serviço nacional.

A propósito disto não posso deixar de mencionar o caos existente nas urgências. Este tem sido também um tema que a CDU tem, por diferentes vezes, trazido e creio que, embora tenha estado ausente desta câmara e ausente também do trabalho, infelizmente as notícias do nosso país foram dando a possibilidade de todos acompanharem esta situação. Tudo isto é resultado das políticas de austeridade que o Governo PSD-CDS impôs e decretou ao Serviço Nacional de Saúde, tratando-o de uma forma meramente economicista e reservando para a área da saúde uma metodologia que em nada abona ao Serviço Nacional de Saúde e fundamentalmente à prestação de serviços de cuidados de saúde à população. Viemos nos últimos meses, sobretudo neste último mês, a confrontarmo-nos com episódios constrangedores. Alguns deles tiveram repercussões deveras infelizes para alguns dos utentes que procuraram no Serviço Nacional de Saúde, em particular nas urgências de diferentes hospitais, inclusive no nosso Centro Hospitalar, consequência daquilo que tem

sido também as políticas da austeridade deste Governo. Por isso não posso deixar de lamentar, em primeiro lugar, a perda de vidas e dizer, porque não são palavras e nem são avaliações minhas e nem da CDU, são palavras de diferentes entidades, desde a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Enfermeiros, os Administradores de diferentes hospitais que vêm demonstrando a sua profunda preocupação e responsabilização pela ausência de recursos humanos. Neste sentido queria aqui evocar algumas declarações do Sr. Vereador do Partido Social Democrata e da Coligação PSD-CDS e também da Sra. Vereadora que na última reunião teve a oportunidade de também demonstrar alguma perplexidade sobre as dificuldades sentidas nos serviços dos Centros Hospitalares e demonstrando até alguma, diria eu, incompreensão pela forma como nós tínhamos pontuado esta situação, ao não se identificar com a ausência de recursos humanos, ao não se identificar com as preocupações por nós apresentadas, ao não se identificar objetivamente onde é que existiam a ausência de recursos humanos, nomeadamente na área de enfermagem. Aliás estará indicado em ata as expressões utilizadas.

É com grande apreensão, mas infelizmente com a demonstração do real e do que foram as circunstâncias que todos nós acompanhámos, que vimos confirmar o que é uma preocupação e uma fatalidade, resultado desta política de austeridade do Governo PSD-CDS, a forma como se ocupa dos cidadãos e da prestação dos serviços de saúde ao nosso país e em particular aquilo que mais nos ocupa também no nosso Centro Hospitalar de Setúbal.

Não era esta a nota que gostaria de partilhar com vocês relativamente ao início deste ano, por isso não posso deixar de exigir e pedir que este Governo, que o ano de 2015 tenha a possibilidade de resolver, olhe de uma vez por todas para o Serviço Nacional de Saúde com a necessidade de reforçar os recursos humanos para não voltar a acontecer os episódios que a todos consternaram. O Sr. Ministro já teve oportunidade também de, um bocadinho em cima do joelho, tentar resolver alguns dos problemas demonstrando, como todos assistimos, através das suas profícuas declarações.

Sra. Presidente – Agradecia que condensassem as perguntas, que colocassem todas as questões de uma só vez, porque se não é uma e depois vai outra volta e outra volta e nunca mais acabamos, só depois no direito da resposta.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – A minha intervenção é sobre a saúde, porque ainda não tive a oportunidade de falar sobre esta matéria uma vez que falaram sobre isto numa das últimas reuniões em que não pude estar presente e também pelo facto de o vereador Pedro Pina ter referido aqui algumas palavras da Vereadora Graça Chambino.

Senhor vereador ainda bem que trouxe aqui esta boa notícia, que segundo as suas palavras, apesar das grandes maldades que este Governo tem feito ao Serviço Nacional de Saúde, o Serviço de Oftalmologia do Centro Hospitalar de Setúbal é um dos melhores do país. Nós temos que às vezes medir um bocadinho o que dizemos, porque se atiramos a pedra num sentido ela também poderá vir contra nós. Apesar de todas estas maldades, Setúbal mesmo com os grandes problemas que tem, como têm todos os Centros Hospitalares do país, nós conseguimos não só pelo pessoal que temos, mas também pelas condições que vão sendo dadas e o Centro Hospitalar de Setúbal tem as melhores condições do país.

Tomei aqui umas notas antes de começarmos a reunião e não era para falar nisto e por isso ter dito que tinha só um assunto, mas tinha outro assunto também que é a questão da saúde.

Apesar de tudo uma coisa boa, podia ser menos boa e há outras que não estão bem e o próprio Ministro já o referiu e que também ele está a trabalhar no sentido de resolver. Não estou aqui para o defender, também sei muito bem e sabemos todos das dificuldades existentes quando muitos de nós acedemos ao Serviço Nacional de Saúde, mas felizmente para os portugueses temos dos melhores serviços públicos de saúde do mundo, independentemente das questões que todos nós sentimos no dia-a-dia. O Sr. Ministro esteve até recentemente algumas reuniões de trabalho com os vários Centros Hospitalares no

Distrito de Setúbal e nessa sequência algumas medidas, que até foram anunciadas recentemente, foram tomadas algumas posições recentemente no sentido de atenuar alguns dos problemas que se vêm sentindo no setor da saúde em todo o país. Uma delas foi logo na sequência dessas reuniões de trabalho e foi a atribuição ou o aumento de capital de muitos milhões de euros aos nossos Centros Hospitalares no Distrito de Setúbal para pagarem aos fornecedores. Essa foi uma ótima medida, mas que passou um pouco ao lado. O Centro Hospitalar de Setúbal foi no país, o mais beneficiado, com 69 milhões de euros, isto no fim do ano. No total para o Distrito de Setúbal, para os Centros Hospitalares e para a Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano foram cerca de 140 milhões de euros. Quando se diz que não há atenção, há! Há problemas para resolver? Há! Há também medidas que estão a ser tomadas. É evidente que nem tudo está bem, é verdade e sabemos que qualquer serviço público ou qualquer empresa, neste caso estamos a falar do serviço público essencial de saúde e o que se está a passar neste momento é que há problemas, as pessoas acedem mais às urgências, há problemas de gripe e nesta altura do ano é normal que isso aconteça. Os serviços não estão preparados para estas pontas e é verdade que tem que se tomar algumas medidas. Na altura do Natal e da Passagem do Ano devido à falta principalmente de médicos, como é normal em todo o país, todos os hospitais têm as chamadas empresas que cedem profissionais de saúde, médicos, e o que tem acontecido é que esse sistema não está a funcionar bem. O Ministro já anunciou que está a tentar melhorar esse sistema de recurso às empresas, porque nas alturas mais difíceis, nestas alturas festivas em que um profissional que está escalado de uma empresa para ir prestar um serviço e se ele não vai, os Centros Hospitalares não têm forma de os penalizar, não têm forma de penalizar as empresas. O que é um erro, porque se as empresas se comprometeram em lá terem os seus profissionais e se chega até no próprio dia e o profissional não aparece não há forma de os penalizar. O Ministro já disse, e muito bem, uma vez que as empresas querem lá colocar os seus profissionais e receber, por isso em determinadas alturas do ano, por exemplo no período de verão, no final do ano e na Páscoa, as empresas também têm que manter esse serviço, o que não tem acontecido. Essa penalização às empresas vai com certeza obrigar a melhorar a responsabilidade, a presença e os compromissos que as empresas têm para com as entidades públicas e essa é uma medida urgente e o Ministro já disse que o ia fazer.

Por outro lado, sabemos que temos os hospitais sobrecarregados, muitas vezes, com pessoas que já não precisam de lá estar e o que o Ministro percebeu nestas reuniões, que teve em Setúbal e no país, foi que tem que arranjar forma das pessoas que já têm alta e que não podem sair de lá, porque as famílias não têm condições para os poderem ter, porque as famílias não querem e a Segurança Social não responde. Isso não é um problema do Ministério da Saúde e não é um problema do Serviço Nacional de Saúde, é um problema que não pode ser o Ministério da Saúde a resolver e há formas de o resolver e tem que ser outros Ministérios e outros serviços e principalmente as famílias a resolvê-lo. Todos sabemos que a população está mais idosa e sabemos que ficam acamadas e que precisam de assistência médica, mas muitas vezes são as próprias famílias que lhes dá jeito que fiquem lá mais uns dias nos hospitais, o que não permite que os doentes que realmente precisem de assistência a tenham devidamente. Há aqui algumas medidas que estão a ser tomadas, as quais venho há muito tempo a defender, e agora parece que o Ministro veio dizer que iriam ser tomadas medidas no sentido de minimizar e melhorar estas questões. Os problemas existem, é impossível responder da mesma maneira nas situações de pico como nas situações habituais e normais, mas estão a ser tomadas medidas no sentido de melhorar. Considerando isto e considerando a forma como muito recentemente este Ministério, este Ministro e este Governo olharam para os Centros Hospitalares e para a saúde pública no Distrito de Setúbal com o apoio de mais 140 milhões de euros no final do ano, julgo que vem ajudar e vem transmitir uma esperança de que poderemos vir a ter melhores condições também no Distrito de Setúbal.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Se dessemos um título aos discursos que aqui se fazem, estas duas intervenções do Sr. Vereador Luís Rodrigues chamar-se-iam o “cúmulo da falácia”. As duas ligam-se estreitamente e diretamente.

No primeiro caso em relação às retenções, porque o Sr. Vereador Luís Rodrigues pegou numa notícia de jornal e veio há câmara pedir explicações como se fosse um leitor comum, mas como é um eleito que é vereador nesta câmara tinha a obrigação de saber quais são os mecanismos de retenção. Há dois, um por via da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, que não reduzindo os 10% que excede um determinado limite de endividamento, então poderá haver retenções. A outra é a via de um privilégio creditório que o Governo determinou em sede de Orçamento de Estado, aqui há uns 3 anos atrás, para os sistemas multimunicipais que tenham dívidas de municípios e que possam invocar a retenção até 20% da transferência de verbas dos fundos municipais e pagar-se à cabeça.

Como eleito sabe com certeza, tem a obrigação de saber, porque aqui foi informado e debatido que a AMARSUL invocou esse privilégio creditório e ocupou a quota dos 20% na retenção de verbas. E sabe, como eleito desta Câmara Municipal, que após e apesar disso a AMARSUL teve que cumprir as ordens da holding que lhe vieram do Governo para pressionar a privatização da EGF e tentar pôr ações em tribunal de reclamação de créditos. Também sabe isso? É claro que esse acordo de pagamentos que fizemos e que estamos a cumprir religiosamente de há dois anos para cá a pagar uns bons milhões, ultrapassando largamente aquela redução de 10% que devíamos fazer anualmente por via da lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Ultrapassamos essa redução de dívida, mas não é só por isso, é por outra área, e ser-lhe-á informado. Sabe que essa quota está preenchida e nós precisamos do acordo de pagamentos preenchendo essa quota. A AMARSUL continuou a reter aquele privilégio creditório que foi dado a todos os sistemas multimunicipais e o Município de Setúbal normalmente sustém aquela percentagem dos fundos que vai diretamente para o pagamento da AMARSUL. Sabe isso! Porque é que vem questionar aqui a partir de uma notícia de jornal?

Esta questão liga-se à sua intervenção muito diretamente, Sr. Vereador, porque este Governo que fez estas leis e impôs estas regras não determinou que os municípios tivessem dívida em excesso, que tivessem a possibilidade de ter “um aumento de capital”, ou um aumento de transferências. Não! Disse que tínhamos que reduzir a dívida, tínhamos que entrar em PAEL, tínhamos que entrar em esquemas de redução que não operacionalizou e que não irão servir para nada. Apesar dessa falta de meios de apoio aos municípios as câmaras têm, por esforço próprio e pelo aperto da sua gestão, reduzido muitíssimo as suas dívidas a fornecedores, mais que o Governo e a Administração Central. A reduzir o seu pessoal, a reduzir as despesas com pessoal e quem está a fazer uma verdadeira política de crise são só e quase exclusivamente os municípios. A lei de compromissos e pagamentos em atraso da Administração Central em que percentagem está a ser cumprida pelo Governo e pelos Ministérios? Sabe que é menos de 50% naqueles que não têm diretamente relação com um serviço público ou com uma atividade de prestação aos serviços públicos, naqueles que são apenas administrativos. Naqueles que têm serviço público pondo à cabeça o Sistema Nacional de Saúde, os Hospitais, é inviável e é absurda aquela lei e não é possível cumprir a lei de compromissos e pagamentos em atraso. O Sr. Vereador como político sabe disso. O Governo assume que não foi cumprida, porque a lei estava mal feita. Não é porque a despesa não seja necessária, é porque a lei é mal feita? É inaplicável? O Governo não assume e em 2012 despejou mil e tal milhões de euros nos hospitais para equilibrar as dívidas, em 2013 foi mais oitocentos milhões de euros para equilibrar as dívidas e em 2014 foram mais quatrocentos e oitenta milhões de euros e agora, espante-se, veio o Sr. Vereador invocar como uma coisa boa que o Governo fez ao pôr aumento de capital. Um aumento de capital no Centro Hospitalar de Setúbal de cento e tal milhões de euros. Não é aumento de capital nenhum, Sr. Vereador, pagar as dívidas que são impagáveis pela lei que os senhores fizeram. Disse que foi uma bela medida ter feito aumento de capital. Não é aumento de capital, é pagar dívidas.

Então isso é correto? É correto aumentar o capital através das transferências dos fundos municipais às autarquias, não é? Não disfarçemos as coisas. Os senhores fizeram uma lei de compromissos e pagamento em atraso que é incumprível, inviável, se ela fosse em rigor cumprida, quase toda a Administração Pública fechava os serviços imediatamente. Isso vai-nos servir para vir fazer estas perguntas olímpicas, *“Como é que se explica esta retenção na Direção Geral das Autarquias Locais?”*. Explicam-se pelas regras que os senhores fizeram, não podem é fazer umas regras para o jogo do Governo resolvendo com aumento de capital para pagar dívidas. E as autarquias? Não precisam de aumento de capital? Não precisam de mais transferências de fundos? Por isso é que lhe chamo o “cúmulo da falácia”. A questão é falaciosa e o Sr. Vereador sendo um político e um militante do partido que está no Governo tem a obrigação de conhecer os mecanismos que o Governo preparou para limitar o endividamento à Administração Pública Central e Local para perceber que a Central não consegue cumprir, como não consegue a Local e que não há manobras mais ou menos ocultas. Porque não dizer que é transferência de verbas para assumir e cobrir o endividamento que é necessário fazer no Serviço Nacional de Saúde? Não dizendo isso vem agora o senhor puxar da bandeirinha e exibir uma medalha dizendo que foi uma bela medida aumentar o capital. É para pagar dívidas do Sistema Nacional de Saúde. As retenções da Autarquia de Setúbal são facilmente explicadas e o senhor sabe quais são como eleito e como político, como eleitor poderia não saber, e é essa a parte da desmistificação da notícia de imprensa que referiu que estavam a reter verbas. Qual é a novidade? Há quanto tempo? Desde que o privilégio creditório foi instituído no Orçamento de Estado que os sistemas multimunicipais passaram a usar esse privilégio creditório e preenchem em quota. Não há dúvida nenhuma. Quando dizem que a dívida de Setúbal está a aumentar o endividamento, não está, está a reduzi-lo substancialmente através desse mecanismo.

Como vê, tem que ligar uma coisa à outra, trata-se de pagamentos em atraso, nas autarquias com essa exposição que o senhor lhe quer dar, na Administração Central, nomeadamente à cabeça e há outros setores da Administração Central que não conseguem cumprir essa lei, porque é impossível cumpri-la. Mas nos casos mais gritantes, de maior volume, de maior visibilidade resolve por um mecanismo qualquer e todos os anos o Governo tem vindo no final do ano a transferir verbas substanciais para colmatar aquilo que era um orçamento inviável à partida, para o Serviço Nacional de Saúde. É preciso reconhecê-lo, ele à partida era insuficiente, depois o serviço não vai conseguir pagar. É um pouco de mistificação aquela justificação que o senhor no final apresenta na sua intervenção quanto à crise do final de ano nos hospitais, nomeadamente na falta de assistência, no tempo de espera para as consultas e nos casos de morte por excesso de tempo à espera para atendimento.

Não senhor vereador, isso não acontece todos os anos. Acredito perfeitamente no que foi noticiado sobre as pessoas com 4, 5, 6, 7 e 8 horas de tempo de espera que acabaram por falecer. Se foi ou não por isso, não é um leigo na medicina que vai dizê-lo, mas que houve um excesso anormal que nunca antes, em anos anteriores, em períodos de ponta tinha acontecido o que agora aconteceu e não foi por causa das empresas que se portaram mal, foi por causa da política de não contratar médicos e enfermeiros. Todos os serviços hospitalares estão carenciados de enfermeiros e de médicos nos seus quadros, os senhores adotaram a política de pôr as pessoas na rua, e médicos com 6, 7, 8, 9 ou mais de 10 anos de serviço no Sistema Nacional de Saúde que não conseguem vincular-se, porque a política é reduzir os efetivos, mas depois contratam as tais empresas intermediárias, que são praticamente, num sistema com esta especialização, empresas de mão-de-obra. É uma opção política da vossa gestão. Os senhores optaram por contratar uma empresa que coloca médicos, que não se enquadram na hierarquia do hospital, que não respondem praticamente à hierarquia no hospital e isso está a causar distúrbios enormes e dificulta a capacidade de resposta que os hospitais têm tido. O que aconteceu este ano nunca tinha acontecido nos anos anteriores, porque nunca tinha estado tão extensamente posto em prática a vossa opção de gestão do Sistema Nacional de Saúde e isso é que é lamentável.

26/2/15

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não tive acesso a essa notícia, mas queria dizer que estou obviamente satisfeito que o Centro Hospitalar de Setúbal tenha um serviço de oftalmologia de excelência. Referir também aqui o trabalho dos seus profissionais e em particular do seu Diretor, Dr. David Martins, que bem conheço e de quem sou amigo há muitos anos. Apesar dos cortes e das políticas de austeridade que são impostas ao Serviço Nacional de Saúde ainda se conseguem resultados de excelência, o que é sempre motivo de referência por parte de todos.

Sr. Vereador Pedro Pina – O Sr. Vereador Manuel Pisco acrescentou aqui dados, mas o que nós esperávamos ou o que eu esperava do Sr. Vereador Luís Rodrigues, com o bom senso que muitas vezes lhe vamos reconhecendo, é que tivesse a capacidade de reconhecer aquilo que nós temos vindo a trazer a esta câmara e que preveniria alguns dos acontecimentos a que nós assistimos. Porque as políticas ou as decisões que o Sr. Ministro toma a seguir ou em consequência dos acontecimentos que decorreram durante o mês de dezembro eram evitáveis se o Sr. Ministro fosse dando ouvidos à Ordem dos Médicos, à Ordem dos Enfermeiros, às Comissões de Utentes, a muitos municípios do nosso país. O Sr. Ministro fez orelhas moucas e tentou remediar perante acontecimentos que não se exigiria naturalmente outra solução, porque estamos a falar de vidas de pessoas, independentemente das causas que levaram à morte de algumas dessas pessoas, que foram junto ao Serviço Nacional de Saúde procurar os serviços prestados pelos diferentes Centros Hospitalares e o Sr. Ministro não teve outra alternativa se não, um bocadinho à queima-roupa, tentar encontrar soluções.

Não estamos a falar de situações que estão agora, eventualmente, desconhecidas, o que tem a dizer como consequência da lotação das urgências, do encerramento dos diferentes serviços de proximidade, como é o caso do nosso Centro de Unidade de Saúde Familiar de Santa Maria que foi encerrado? O que é que o Sr. Vereador tem a dizer sobre uma notícia que ainda hoje saiu nos jornais relativa ao esgotamento do Instituto Nacional de Emergência Médica que vem prestar declarações dizendo que está esgotado e incapaz de prestar serviços imprescindíveis para o apoio imediato às populações? O que é que o Sr. Vereador tem a dizer sobre aquilo que está identificado como uma escassez de camas de internamento de utentes que há vários anos tem sido apresentado como uma lacuna do Serviço Nacional de Saúde e que o Sr. Ministro fez orelhas mocas e agora vem tentar colmatar com a contratação, à última da hora, de alguns médicos para responder a uma situação de pico?

Nós não podemos ter um Serviço Nacional de Saúde que tenha que estar à espera de circunstâncias que possam ser considerar extraordinárias para ter um serviço a prestar de uma forma eficiente aos nossos utentes. Há situações que podem ocorrer extraordinariamente, mas o que se trata não é isso, estas lacunas estavam devidamente identificadas, as próprias administrações dos hospitais têm estas situações identificadas, o Sr. Ministro conhecia esta circunstância e o que é que disse relativamente à ausência de cuidados primários? E o que é que o Sr. Vereador tem a dizer relativamente à forma indiscriminável como o Sr. Ministro respondeu às IPSS, nomeadamente aos seniores, às pessoas idosas do nosso país? Tratou-as de uma forma indiscriminável dizendo que ocupavam camas nos hospitais e que isso era consequência da ausência de respostas como os dos cuidados de saúde primários e paliativos, porque a Rede de Cuidados Continuados deixou naturalmente de funcionar e de que temos uma escassez extraordinária.

Tudo isto é um conjunto de circunstâncias que levaram, infelizmente, à sucessão e à consequência destes acontecimentos e que o Governo PSD/CDS não foi capaz e não quis, porque tratou estes problemas de uma forma economicista e com uma venda nos olhos. É isto que este Governo tem que assumir, as consequências de todo este processo e a forma como tem decapitado o Serviço Nacional de Saúde.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Nestas situações acho que o bom senso deve sempre imperar e agradeço as palavras do vereador Pedro Pina quando disse que normalmente tenho bom senso, tento tê-lo, como também tenho aqui tenho responsabilidade política.

A saúde é o mais importante para todos nós ou a falta dela, e às vezes usamo-la de uma forma menos correta e aí todos nós compreendemos que não vale a pena estarmos aqui a dizer que é sempre o que nós devemos ter acesso mais rapidamente, da melhor maneira e com mais eficácia, porque tudo o que poder estar à disposição de cada cidadão é muito importante para nós. Agora vir dizer que devemos ter tudo e mais alguma coisa em todo o lado, é certo, mas também é verdade que se não fossem tomadas algumas medidas para defender o Serviço Nacional de Saúde o que poderia acontecer foi o que aconteceu, por exemplo, com o Parque Escolar e que é insustentável, e tem que se tornar o Serviço Nacional de Saúde o mais sustentável possível.

Só uma pequena nota sobre o vereador Manuel Pisco, porque eu disse isto, quando disse que a medida do apoio do aumento de capital era boa, dei uma ênfase diferente ao “boa”, porque tem coisas boas e tem coisas menos boas, e disse que o aumento de capital era para pagar dívidas. Foi o que disse e normalmente digo o que é, não digo o que não é.

Quanto à questão da contratação, as medidas não são de agora, compreendo e é verdade que quando há algumas medidas de emergência que têm que ser tomadas, como a contratação de médicos, nomeadamente de clínica geral do qual as vagas não ficaram todas ocupadas, não foi um concurso tomado agora, foi um concurso iniciado antes. Houve muitos médicos de família, cerca de 60 ou 70, que vieram do privado novamente para o Serviço Nacional de Saúde e muitos concursos ficaram desertos, muitas dessas vagas ficaram desertas. As medidas não têm tido eficácia de 100%, mas não têm sido tomadas só em situações de emergência. Não há aqui um abandono, pelo contrário, o que há são medidas que poderiam ter sido tomadas há mais tempo, mas há algumas medidas que estão a ser tomadas e que nunca ninguém as tomou.

Concordo com uma coisa que disse o vereador Manuel Pisco e já o disse nos meios próprios, considerando que os médicos que estão à tarefa no Serviço Nacional de Saúde há muito tempo, muitas vezes servem para responder aos picos, às situações mais fora do normal e não compreendo porque é que o Estado continua a obrigar a que eles sejam contratados através de empresas. Digo isto e assumo com a maior das facilidades. Se o Estado comparasse as Organizações Hospitalares com os Centros Hospitalares para a questão da hierarquia, para a relação de trabalho que existe, é muito diferente ser uma empresa que indica o médico “X” ou o médico “Y” para um determinado lugar e ir para lá fazer umas horas, e é muito diferente porque amanhã pode não ser nem o “X” e nem o “Y”, é o “Z”. É muito diferente que o médico que está habitualmente naquele lugar e que a Administração do Hospital já sabe que ele costuma fazer aquilo e a relação é aquela, é muito diferente já para não falar na questão dos intermediários. Estou perfeitamente de acordo e essas medidas, Sr. Vereador e Sra. Presidente, são medidas que estão a fazer o seu caminho e tem que ser, não percebo porque é que não pode ser, é algo que tem que ser feito a bem do interesse também do Serviço Nacional de Saúde, porque é algo que não faz sentido. Há coisas que se podem entender e tirar alguma explicação e esta não faz sentido.

Acho que fez muito bem em levantar essa questão tal como a questão dos idosos. O vereador Pedro Pina levantou aqui uma questão e há pouco referi que uma fatia grande de camas ocupadas que não deviam estar, não tem a ver com os cuidados continuados, tem a ver com as pessoas que já não precisam de lá estar, mas não vão para casa e não vão para os lares. Não vão para os lares, porque a Segurança Social, não estou aqui a atacar a Segurança Social, mas é uma resposta que não cabe ao Ministério da Saúde e nem cabe aos hospitais, porque quando a Segurança Social assume essa pessoa que vai para um lar, ela vai também reter parte da sua reforma, e isso não acontece no Serviço Nacional de Saúde. A partir do momento em que o Serviço Nacional de Saúde funcionar no mesmo sistema da Segurança Social já, muitas vezes, as famílias que recebem a reforma do idoso já não a podem receber e então aí as coisas ficam diferentes. Há aqui algumas matérias que

não custa nada mudar e que todos nós vamos encarar de forma a resolver alguns desses problemas.

Sra. Presidente – Vou dar aqui algumas respostas e começo pelas questões colocadas pelo Sr. Vereador Luís Rodrigues, dizer que assino por baixo as declarações proferidas pelo meu camarada e amigo Manuel Pisco e que não pode haver maior falácia do que a intervenção que o Sr. Vereador Luís Rodrigues aqui proferiu.

Dizer-lhe que a sua intervenção inicial não é mais do que estar a fazer política, do que estar a fazer *show-off* e tendenciosa, porque começou por referir que a Câmara de Portimão, que é do Partido Socialista, seguida da Câmara de Setúbal, que é a Coligação Democrática Unitária, e esqueceu-se de referir todas as câmaras que são do PSD e que estão em circunstâncias iguais ou piores que as câmaras do Partido Socialista e da CDU. Esqueceu-se, mas isso faz parte, faz parte do jogo da política e por isso é que há tantos cidadãos arredados do exercício da cidadania e da política, é por causa destes jogos pouco claros.

O que nunca vi aqui foi o Sr. Vereador Luís Rodrigues continuar a estar preocupado com aquilo que o Estado, com os seus jogos dos sistemas para proveito de alguns, provocando quase a destruição do Poder Local, das autarquias, vir defender o Município de Setúbal que está à espera de ser ressarcida de um roubo que lhe fizeram e que se chama SIMARSUL e que até hoje o Estado retém da Câmara Municipal de Setúbal cerca de 4 milhões.

Nunca vi o Sr. Vereador estar aqui preocupado e dizer, como faz parte do mesmo partido do Governo, que ia tentar interferir junto do Ministério do Ambiente, junto das entidades que tutelam os sistemas, para ver o que é que se pode fazer em relação à integração ou não da Câmara de Setúbal ou à devolução do dinheiro da Câmara de Setúbal. Porque esses 4 milhões, se calhar, já davam para resolver imediatamente os 4 milhões que ultrapassam ou não o tal endividamento líquido.

Nunca ouvi o Sr. Vereador dizer isso, nunca ouvi o Sr. Vereador dizer que ia pressionar o Governo para que os escandalosos 23% do IVA, que é aplicado às refeições escolares, aos transportes, à luz, à iluminação pública, deixem de ser aplicados pelo menos às autarquias por prestarem um serviço público e que pagam neste momento 23% dos juros, que é uma grande fatia daquilo que é a nossa fatura, por exemplo, da energia e que aumentou mais de 50% a faturação da Câmara Municipal de Setúbal.

Nunca ouvi o Sr. Vereador dizer que ia saber junto do Governo relativamente ao desmantelamento da Central Termoelétrica, que a partir deste ano o Município de Setúbal deixa de receber 900 mil euros, por força desse desmantelamento, sem que seja revisto o contrato de concessão da EDP. A renda que a EDP tem que pagar à Câmara Municipal de Setúbal não foi revista, tiram-nos 900 mil euros, mas não foi revista. Tudo isto conjugado com o valor do IVA aplicado às obras públicas, aos refeitórios escolares, às refeições escolares, aos transportes escolares, etc., etc., que nem a Câmara de Setúbal, nem outras câmaras conseguem reverter, independentemente das decisões dos congressos da Associação Nacional de Municípios e até das promessas dos Governos em reverem isso, o certo é que fazem o Orçamento de Estado e naquilo não mexem e nós temos de continuar a pagar.

Independentemente de termos recebido esse ofício também lhe disse que ele está a ser estudado pelo nosso advogado, e que o senhor ainda há pouco não referiu, apenas referiu que eu disse ter recebido um ofício e que continuava sem saber, porque isto é que dá o tal *show-off*. Veio uma notícia da Câmara de Portimão, que é PS, seguida da Câmara de Setúbal, que é CDU, e que eu ainda não tinha dado resposta ao ofício e que quer saber dos tais 4 milhões. Isto tem táticas de marketing, e eu disse-lhe que ainda não tinha resposta desse ofício a não ser de que nós temos consciência do valor que excedemos dos fundos disponíveis, mas sabemos que, de acordo com a lei das Finanças Locais, o Governo não pode reter às câmaras mais de 10% daquilo que é o valor que é transferido para o Município em relação ao valor que nos cabe a nós receber dos fundos do Orçamento de Estado. Nós recebemos cerca de novecentos e tal mil euros por mês e neste momento os 10%, que é passível de ser retido, já está a ser retido para a AMARSUL, para o tal escândalo. Está a ser

retido cento e tal mil euros impreterivelmente. Todo o dinheiro que pagamos, por força do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, já está a ser mais que cumprido os 10%, além disso ainda pagamos à AMARSUL, ainda temos um contrato de pagamento de dívida à AMARSUL que só este ano orçou em cerca de 3 milhões de euros, aos tais sistemas que protegem alguém, menos as populações.

Já agora dar nota da desmontagem desta intervenção política inicial, muito bem-feita, mas a minha missão é também desmontar tudo isso e aqui fica o registo, para memória futura, do desmontar desta história toda.

Em relação à intervenção do vereador Paulo Lopes, no que respeita aos eventos, há aqui qualquer coisa que não bate bem. Nalguns eventos que até, se calhar, dão jeito ao Partido Socialista, ele está lá presente, mas só está nuns e não está noutros, só recebe o convite para estar nuns e não recebe para estar noutros? Então com que critério é que aparece naqueles eventos e não aparece nos outros? Se calhar tem a mesma fonte de informação. Vamos então saber o que é que se passa, porque vejo-vos em alguns eventos e agora está a dizer que não recebeu em relação a outros eventos.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não levantariam a questão se tivéssemos recebido o convite, como é óbvio.

Sra. Presidente – Foi a este que o vereador se referiu? Foi em relação à iniciativa do aniversário da Luísa Todí?

Sr. Vereador Paulo Lopes – Foi um exemplo que dei, posso enviar-lhe uma lista de alguns eventos que soubemos pela comunicação social e que não recebemos o respetivo convite. É uma questão que julgo ser da organização, era isso que queria perceber.

Sra. Presidente – Mas isso está na intranet. Então como é que recebem dos outros? Recebem via quê?

Sr. Vereador Paulo Lopes – Recebemos convites via Protocolo.

Sra. Presidente – Não recebo convite nenhum, recebo pela intranet...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Como é Presidente da Câmara admito que tenha um tratamento diferencial.

Sra. Presidente – Não! Não! Desculpe lá, não é por isso. Eu e os outros vereadores recebemos pela intranet, está um mapa, e nós vimos onde é que podemos ir. Pensava que todos tivessem esse mapa para poderem decidir onde é que podem ir.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não tem sido o procedimento.

Sra. Presidente – Vocês recebem os convites em papel?

Sr. Vereador Paulo Lopes – Recebemos por e-mail. Mas visto que existe esta situação, é uma questão de nos informar então como é que passa a ser, porque há eventos que nós não recebemos mesmo, sabemos à posteriori. O que gostava de saber é se é uma questão de organização, como parece que é, a qual necessita de ser repensada.

Sra. Presidente – Nós não recebemos em papel, temos uma lista que está na intranet e faço nessa lista a divisão. Mas temos que ver isso, como tenho visto que alguns vereadores estão em algumas atividades, pensava que recebem todos e que só vão às que podem ou às que querem ir.

De vez em quando gosto destas que é para termos a oportunidade de esclarecer. A casa da Luísa Todi esteve abandonada durante muitos anos, a CDU é que se preocupou em adquirir a casa da Luísa Todi. Quando cá esteve o Partido Socialista deixou aquilo abandonado durante muitos anos e quando a CDU aqui chegou, olhou para aquilo e achou que não podia continuar assim. É uma casa de interesse municipal e até nacional, julgo que os nossos concidadãos portugueses conhecendo a história da Luísa Todi deverão ter curiosidade em saber onde é que foi a casa dela, tendo por base credível essa informação nós achámos que era extremamente importante que todas as pessoas que se interessem pelo estudo desta figura queiram vir visitar Setúbal.

O Partido Socialista nunca quis saber da casa, mas folgo muito em saber que hoje o Partido Socialista já está preocupado em saber que a casa está degradada, que não tem vidros, etc.. Foi a Câmara Municipal de Setúbal, na gestão da CDU no ano de 2003, que não tendo dinheiro pediu a um Mecenas que comprasse a casa, ela estava à venda, e que a doasse ao município e assim aconteceu. Está registada em nome do município, porque foi feita a doação e aprovada em reunião de câmara. A casa é do século XVIII, existem poucos materiais que se presume que sejam pertença da Luísa Todi, houve uma empregada de uma afilhada ou sobrinha da Luísa Todi que tem alguns bens e que os doou ao município. Estão no espólio dos nossos museus são um tocador, um pente ou escova, um serviço de chá e um leque que terão pertencido à Luísa Todi. Temos poucas coisas, de qualquer modo já temos o projeto de arquitetura que nos foi oferecido pelo Centro Nacional de Cultura. Quando fizemos as comemorações dos 250 anos de Luísa Todi, numa entrevista que dei à Antena 2, o Presidente do Centro Nacional de Cultura na altura, o Arq. Nuno, não me recordo do nome, que por acaso é do Partido Socialista, ouviu a entrevista e telefonou imediatamente para a Câmara Municipal de Setúbal a oferecer o projeto de arquitetura da casa para ela ser um Centro de Interpretação de Música, especialmente de música clássica, erudita e ter algum espólio desta grande cantora de ópera setubalense.

Nós tentámos colocar a obra da casa no programa QREN aquando das intervenções no Centro Histórico, tinha o Troino, tinha o Convento de Jesus, tinha a Casa da Baía, tentámos pôr também esta casa só que já excedia o valor do QREN e como era uma intervenção que temos estimada entre 400 a 600 mil euros, pensámos que seria mais fácil irmos fazendo paulatinamente. De facto já escorámos algumas salas lá dentro, já fomos fazendo algumas intervenções, pintámos no âmbito do "Setúbal Mais Bonita" e houve um grupo de cidadãos que quiseram pôr aquelas pautas e fazer aquela decoração nas fachadas do edifício, o que foi um pouco controverso, porque houve pessoas de que gostaram, outras não. Já tratámos de alguns escombros que estavam no quintal, já tiramos umas boas camionetas de entulho da parte de trás e vamos fazendo à medida que vamos podendo. Não avançámos ainda para a obra, porque não temos ainda dinheiro e já tentámos fazer algumas demolições, mas temos receio que não tendo de imediato dinheiro para começar o projeto que essas demolições venham a ajudar ainda a degradar mais o imóvel. Que foi o que aconteceu com o Convento de Jesus quando a Dra. Teresa Patrício Gouveia a determinada altura quis começar a obra e depois não conseguiu ter dinheiro, porque aquela picagem das paredes veio rapidamente ajudar a degradar. Saudamos a intervenção dela e sabemos que a intenção era de facto continuar com a obra, mas como o Governo entretanto mudou e não tendo dinheiro não pôde continuar a obra. Temos o projeto de arquitetura, agora temos que avançar com os projetos da especialidade e que ainda são uma série deles e também custam dinheiro, e ainda não houve oportunidade para avançar com isso. Gostaríamos ainda de fazer neste mandato e será um Centro de Interpretação de Música.

Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, quero-lhe dizer que não é graças ao Governo que aquele hospital funciona com muita qualidade, é graças àqueles profissionais que ali estão que funciona com muita qualidade. Seja qual for o Governo não se vai substituir ao trabalho que aquela administração, a qual tem feito um trabalho ímpar na requalificação do edifício, na requalificação da gestão do hospital e também àqueles profissionais, porque de facto aquele Serviço Nacional de Saúde e aquele serviço naquele hospital é um serviço de qualidade como tenho tido oportunidade de experienciar e de vivenciar.

É muito fácil para o Sr. Ministro que está lá no seu gabinete ou outras pessoas como o Secretário de Estado que estão cá fora dizerem com muita facilidade que esta situação pode ser obviada. Também lá trabalho à noite e vejo o que é que lá se passa e eu própria dizia porque é que as pessoas lá iam se estava tudo entupido, então nesta altura é escandaloso. Há duas semanas atrás o hospital tinha 5 cadeiras de rodas para atender os concelhos de Setúbal, Santiago, Grândola, Alcácer, Palmela e Sesimbra. Não sei se é muito boa ideia estar por lá a fazer voluntariado, mas o que é certo é que esta semana já lá estavam 20 cadeiras. Na semana passada estavam lá algumas macas a servirem de camas e a impedirem a saída dos bombeiros de vários municípios que ali iam pôr os doentes, porque as macas estavam a fazer de camas para as pessoas. Isto não acontece só nos outros sítios do país, também acontece ali no São Bernardo, mas esta semana já estavam lá mais 10 macas, o que foi muito bom e já nenhuma cooperação de bombeiros que ali vai pôr os doentes ficava ali retida e podiam sair imediatamente para socorrer outras pessoas.

Estou a dar apoio às pessoas com a pulseira verde, são pessoas que em princípio demorarão pouco tempo para serem atendidas, mas quem está de fora questiona-se porque é que as pessoas vêm para aqui e não vão para o Centro de Saúde? O Centro de Saúde está fechado. Muitas pessoas vão para ali porque têm solidão em casa, não têm grande dor, mas têm medo que essa dor aumente, pode não passar daquilo, são simples dores que se calhar com um analgésico desaparece, mas a pessoa vai para ali às 3, 4, 5 horas da tarde e sabe que vai sair de lá às quinhentas da noite e depois é só chegar a casa e dormir. São capazes de esperar 8 horas, porque às vezes o que era suposto demorar uma hora acaba por atrasar e demorar 8 horas. Há ainda muitos idosos que vão ali com as tais dorezinhas, ou com uma pontinha de febre, ou às vezes a simularem qualquer uma delas, já vi, só porque têm fome e chegam ali às 3, 4, 5 horas da tarde e sabem que vão sair de lá às 10, 11, meia-noite e que lhes dão de jantar. Alguns deles conhece, porque são aqui da cidade, outros não conheço, mas alguns deles disseram-me que estavam ali desde o meio-dia e que desde essa hora que não comem, vou ver e vejo que entraram às 17h. Não estou a inventar nada, quem quiser ir fazer voluntariado, ele está aberto e podem ir para lá trabalhar.

O Sr. Ministro tem que vir ver o que é que acontece aqui no Serviço Nacional de Saúde, que não acontece com certeza no Hospor ou não acontece nos hospitais privados onde a maior participação é do dinheiro público, é dos impostos de todos nós e que subsidiam em mais de 50%. Mas no público acontece isto, muita falta de meios e cheio de muitas pessoas que têm fome e que só querem uma bolacha e às vezes não há bolachas sequer para distribuir e o comer já acabou, porque há uma provisão de fornecimento de "X" refeições ou de "X" sopas e às vezes aparece o dobro ou triplo e era suposto o hospital estar munido com umas bolachinhas. São muitas vezes os voluntários que vão ao café da frente comprar as bolachinhas, à sua conta, para dar a algumas pessoas que estão ali sentadas e que têm fome. É isto que o Sr. Ministro e o Secretário de Estado e algumas pessoas que falam sem saber deveriam conhecer.

Há excesso de tempo de espera? Sim! Não é porque os médicos, o pessoal auxiliar ou os enfermeiros lhes apeteçam, é porque trabalham muito e não têm mãos a medir, correm de um lado para outro e que nos pedem para irmos buscar a cadeira tal, a maca tal, porque não têm pessoal auxiliar para fazer este tipo de serviços e são as pessoas da bata amarela que andam a fazê-lo. Estas pessoas que se fartam de trabalhar não conseguem de facto diminuir o tempo de espera, venham ver. É muito natural que alguém que ali está em grande aflição no corredor, os médicos e os enfermeiros, que não têm mãos a medir, às vezes nem se aperceberem. Na semana passada uma senhora que nós pensávamos que estava só a dormir e que estava a gemer há uma série de tempo, deram-lhe analgésicos e ela acalmou, mas não acalmou, morreu. É assim. Venham ver e vejam as políticas que fazem e o que é que fizeram em relação aos números clausulo da formação de médicos, o que fazem com os enfermeiros que têm que emigrar para terem trabalho ou para ganharem um pouco mais. São as políticas do Governo que fazem a desgraça que nós assistimos nos hospitais.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Agradeço as palavras da Sra. Presidente e vêm, em parte, confirmar exatamente aquilo que estava a dizer, que apesar dos nossos grandes problemas, como é evidente, vem confirmar uma grande parte de que não é um problema do Ministério da Saúde. Há pouco referi apenas os idosos que já têm alta e que não libertam camas, porque não têm para onde ir e ficam no hospital, mas não é um problema direto do Ministério da Saúde e não são os profissionais de saúde que o podem resolver. A Sra. Presidente disse e muito bem que muitas pessoas lá vão porque precisam de companhia ou porque precisam de comer. É um problema que todos nós, se calhar mais da Segurança Social, que tem que ajudar a resolver, porque há pessoas que vão para lá, mas não precisam de estar no hospital, precisam de apoio, carinho e tudo isso. Isso ajudaria muito a resolver principalmente a questão das urgências, claro que não resolveria todos os problemas das urgências.

Concordo com o que disse em parte, porque há pessoas que precisam de muita coisa, mas não é numa urgência hospitalar altamente diferenciada, que se pretende que a pessoa tenha que ir comer ou tenha que ir procurar conforto. Têm que procurar tudo isso, mas não aí. Tem que haver respostas públicas, mas não do Ministério da Saúde, há problemas mas não é o Ministério da Saúde, não são as urgências, não é o Governo, é nosso, seja o PS que venha a seguir, ou seja o PSD que continue, é nosso. Quanto às decisões políticas sabemos que, ainda bem que há Ministros como este, o Dr. Lacerda de Cabral já aqui elogiado pela Sra. Presidente, que esteve no Hospital do Outão com determinados Governos que continuou com os Governos Socialistas em Setúbal e que mudou o Governo e por decisão política manteve a mesma pessoa. Há aqui decisões que são de facto políticas e que ajudam os nossos serviços e essas decisões políticas também contribuem para coisas boas, não contribuem só para que algumas coisas se agravem. Isto é uma decisão política e se elogiou também se deve a uma boa decisão política.

Sra. Presidente – Leu a seguinte saudação “Odeith – Mural Rapaz dos Pássaros”, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10:

“O enorme mural pintado na empena poente do auditório José Afonso por Odeith foi considerado pelo movimento “I Support Street Art” como um dos 24 melhores murais do mundo em 2014, motivo para que esta câmara municipal felicite e renove a sua saudação ao autor da obra.

Com este reconhecimento, Setúbal entra no roteiro mundial da arte urbana pela mão de um artista de destaque nesta área, que, com o apoio da autarquia e da Imochan, teve aqui a oportunidade para reproduzir uma imagem do fotógrafo Américo Ribeiro, a quem devemos longa e pormenorizada crónica do quotidiano da nossa cidade em imagens.

O trabalho artístico “Rapaz dos Pássaros”, com cerca de vinte metros de altura, é uma reprodução, com apontamentos de interpretação artística, de uma fotografia com sensivelmente oitenta anos, em que Américo Ribeiro retratou um menino a vender pássaros na rua.

O “Rapaz dos Pássaros”, pintado em março de 2014, ao longo de nove dias, pode ser visto a várias centenas de metros de distância. Elaborado numa técnica mista de pintura de rolo e de graffiti, é quase todo a preto e branco, com exceção das aves, coloridas a graffiti. O trabalho do street artist português, criado no âmbito do projeto “Arte em Toda a Parte”, desenvolvido pela Imochan em parceria com a Câmara Municipal, no âmbito da construção do centro comercial Alegro Setúbal, foi distinguido pelo movimento “I Support Street Art”, que divulga na sua página na Internet os melhores murais executados em 2014, com trabalhos em países como Porto Rico, Argentina, México, Estados Unidos da América, Canadá, Polónia, Reino Unido, Grécia, Suíça, Espanha, Itália, Marrocos e África do Sul.

O movimento “I Support Street Art”, criado em 2010 na rede social Facebook, tem como objetivo apoiar o trabalho de street artist, dos mais conceituados aos anónimos, e promover o graffiti como arte de expressão urbana em galerias ao ar livre visitadas por milhões de pessoas”.

A Sra. Presidente submeteu a saudação, a votação, a qual foi aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu a seguinte moção “Ataques criminosos em Paris”, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11:

“A Câmara Municipal de Setúbal condena veementemente o atentado criminoso cometido em Paris, no dia 7 de janeiro, contra a redação do jornal Charlie Hebdo, de que resultou a morte de 12 pessoas, entre as quais os principais jornalistas desenhadores da publicação, e de dois polícias que, no exercício da missão de proteger os cartoonistas, foram barbaramente assassinados.

A Câmara Municipal de Setúbal condena, com igual intensidade, o ataque a um estabelecimento comercial judeu por criminosos associados aos atacantes do jornal, do qual resultou a morte de mais cinco pessoas inocentes.

Os crimes cometidos em Paris não têm qualquer espécie de justificação, pela barbárie de que se revestiram, nem podem ser relativizados seja sob que pretexto for, em particular porque um dos alvos dos criminosos foi um dos pilares da democracia.

A Câmara Municipal de Setúbal considera fundamental destacar que estes ataques têm uma ligação muito estreita com ingerências praticadas em Estados soberanos, com o incentivo de conflitos religiosos e étnicos e com a promoção de forças de extrema-direita, xenófobas e fascistas. Esta é uma realidade que não pode ser desligada das políticas que aumentam a exploração e a exclusão social, nomeadamente nos países da União Europeia.

Os ataques foram perpetrados apenas com base num ódio fundamentalista disfarçado de fervor religioso que nada tem a ver com a vivência das comunidades muçulmanas residentes em França, constituídas por gente que apenas procura uma vida melhor sem desistir das suas crenças religiosas, que pratica no estrito respeito pela legalidade do país que as acolhe.

Os crimes de Paris não podem, por isso, ser transformados em pretexto para ataques a comunidades bem integradas, nem para estimular sentimentos xenófobos que, normalmente, se traduzem em políticas restritivas à imigração e de discriminação daqueles que apenas procuram trabalho e uma melhor vida.

Os atentados de Paris colocam, por outro lado, em evidência os ataques que, por todo o mundo, são cometidos por Governos contra a liberdade de expressão e contra os direitos humanos, entre os quais alguns dos que se fizeram representar nas manifestações de pesar realizadas em Paris no passado dia 11 de janeiro.

A Câmara Municipal de Setúbal condena, por isso, todos os ataques à liberdade de expressão cometidos também por alguns dos que agora se indignam. Manifesta, igualmente, sentido pesar pelo falecimento de todos os que foram vítimas destes criminosos fundamentalistas e endereça ao Estado e ao povo francês as sentidas condolências de Setúbal”.

Sr. Vereador Luis Rodrigues – Como é evidente a minha posição, a nossa posição, às vezes, tem que ser muito superior a algumas questões menores.

Acho que às vezes não vale a pena colocarmos dessa forma, porque podemos estragar alguma coisa que deve ser unânime e que deve ser realçada e por isso não vou ter outra posição que não a de aprovar. Mas há duas questões e não vou falar muito sobre isso, porque não valeria a pena estar aqui dessa maneira, parece que há aqui uma justificação num parágrafo que acho que não fica aqui bem. Diz que, “A Câmara Municipal de Setúbal considera fundamental destacar que estes ataques têm uma ligação muito estreita com ingerências...”. Nós aqui devíamos estar era a atacar de facto aqueles fundamentalistas que não ligam a nada e nem a ninguém, não respeitam o cidadão, não respeitam a vida humana e isso é que deveria estar aqui, porque o que aqui está não deveria estar desta forma.

Não sei se estiveram representantes da Venezuela e da Coreia do Norte na manifestação em Paris, por acaso não sei se é a esses a que se está a referir no penúltimo parágrafo, porque não valia a pena estar lá isso escrito Sra. Presidente.

A minha posição é muito superior a tudo isto e com certeza que vou votar a favor.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Obviamente que o Partido Socialista se associa a esta moção e irá votar favoravelmente. No entanto partilho da opinião do Sr. vereador Luís Rodrigues em relação ao 4.º parágrafo, acho que há aqui uma incoerência quando no parágrafo anterior diz: “Os crimes cometidos em Paris não têm qualquer espécie de justificação, (...) nem podem ser relativizados...”. Este parágrafo parece que dá aqui um mote para irmos por esse caminho.

Nós iremos votar naturalmente a favor, acho que é uma deliberação por unanimidade e nestas alturas é fundamental. Preferia mais um texto que se centrasse no futuro e naquilo que nós queremos para esta Europa e que não abdicaremos, independentemente de qualquer que seja as expressões de estados, de religiões, do quer que seja. É uma Europa de liberdade, de fraternidade e de igualdade, uma Europa em que a sua maior força, na minha opinião, é a diversidade, mas tem que ser uma diversidade e uma multiculturalidade que não pode ser aceite sem questionarmos exatamente este 3 pilares que fazem da Europa uma referência, a liberdade, a fraternidade e a igualdade. Gosto mais de solidariedade do que fraternidade.

Para mim seria uma moção mais virada para o futuro e para aquilo que nós queremos que a Europa seja e que não se deixa intimidar, no entanto propor qualquer alteração seria pôr em causa a moção e iremos votá-la tal como está, independentemente deste parágrafo com o qual pessoalmente discorda, mas iremos votar favoravelmente.

Sra. Presidente – De facto esta moção dava pano para mangas. Falar da Coreia do Norte, não falar daqueles que deliberam na ONU, invadir outros países pensando que havia lá armas matando milhares e milhares de pessoas, mas não vamos por aí, porque seria uma grande discussão política e não é exatamente isso que se pretende. O que gostaria era de enviar ao Governo francês uma moção que fosse consensual e se houver aqui algo para mudar, também mudamos. Se fizerem muita questão... Vai ficar assim.

A Sra. Presidente submeteu a moção, a votação, a qual foi aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Godinho, o qual fica arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12:

“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento, aos 69 anos, no passado dia 31 de Dezembro, de José Manuel Godinho, militante comunista que foi vereador nesta autarquia entre 1982 e 1985.

Homem de princípios, pelos quais lutou até à morte, destacou-se pela capacidade de se constituir, sempre, como parte ativa das soluções e promotor de consensos, mantendo longe de si as atenções, numa postura de descrição própria daqueles que sempre se empenharam na luta por uma vida melhor para todos.

Natural de Arraiolos, foi professor do Ensino Básico nas Escolas de Montalvão, Setúbal, bairro onde viveu, fundador e impulsionador do Movimento da Escola Moderna e, mais recentemente, orientador de Prática Pedagógica no quadro da Rede de Polos da Formação Contínua da Escola Superior de Educação de Setúbal (ESE).

Aderiu ao PCP em 1979 e desde logo assumiu responsabilidades na Comissão Concelhia do Partido e nos seus Organismos Executivos.

Candidato da APU e da CDU, foi vogal da Junta de Freguesia de São Julião no mandato de 1979 a 1982, eleito para a respetiva Assembleia posteriormente, como cabeça de lista, e, entre 1982 e 1985, foi vereador da Câmara Municipal de Setúbal, assumindo pelouros como o da cultura.

À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames”.

A Sra. Presidente submeteu o voto de pesar, a votação, o qual foi aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio pelas vítimas de Paris e por José Manuel Godinho.

Sra. Presidente – Uma outra informação, saiu hoje no Diário da República, por decreto da Presidência do Conselho de Ministros a decisão da classificação de Bem de Interesse Nacional para o Álbum Setubalense. Foi constituído como património de natureza fotográfica, da autoria de Anthero Frederico Ferreira de Seabra, composto por 12 provas em albumina. Este álbum Setubalense é designado como Tesouro Nacional, de acordo com este Decreto 2/2015, de 14 de janeiro.

A aquisição deste espólio já tinha sido proposto à Câmara Municipal de Setúbal, tendo em linha de conta o custo elevado na altura, não me lembro quanto é que foi, mas era muito dinheiro, dissemos que não tínhamos condições para a aquisição deste álbum e o autor propôs esta obra ao próprio Governo que fez a sua classificação com técnicos devidamente credenciados e decidiu agora, por decreto, considerar este Álbum Setubalense como Tesouro Nacional.

Entrou o Sr. Vereador Fernando José.

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 18.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Índice

A- Período de Antes da Ordem do Dia.

- 1. Informações à Câmara (Eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

B - Período da Ordem do Dia.

- 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de dezembro de 2014.**
- 2. Deliberação n.º 01/15 – Proposta n.º 01/2015 – GAF – Alteração ao Acordo de Execução celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra para o mandato 2013-2017.**
- 3. Deliberação n.º 02/15 – Proposta n.º 03/2015 – DAFRH/DIGEF – Hasta pública para alienação de viaturas usadas, viaturas para sucata e sucata diversa.**
- 4. Deliberação n.º 03/15 – Proposta n.º 04/2015 – DAFRH/DIGEF – Ratificação da justificação notarial do prédio sito na avenida Luisa Todí, 350.**
- 5. Deliberação n.º 04/15 – Proposta n.º 01/2015 – DURB/DIPU/GAMOT – Conversão a sentido único da via adjacente à rua de Vanicelos (via sem nome) – União das Freguesias de Setúbal.**
- 6. Deliberação n.º 05/15 – Proposta n.º 01/2015 – GAGIAS – Revisão do Tarifário para 2015 – Contrato de Concessão celebrado com as Águas do Sado, S.A. – Ratificação do despacho da Sra. Presidente da Câmara.**
- 7. Deliberação n.º 06/15 – Proposta n.º 01/2015 – DAFRH/DIRH – Parecer prévio vinculativo – autorização para a renovação do contrato de prestação de serviços celebrado em 16-01-2006 com António Manuel Gomes Lopes Ferreira.**
- 8. Deliberação n.º 07/15 – Proposta n.º 02/2015 – DAFRH/DIRH – Gestão dos Recursos Humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal para o ano de 2015.**
- 9. Deliberação n.º 08/15 – Proposta n.º 02/2015 – DAAE/DIAES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento.**
- 10. Deliberação n.º 09/15 – Proposta n.º 01/2015 – DAAE/SAEN – Apresentação de Candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2015.**

11. *Deliberação n.º 10/15 – Proposta n.º 01/2015 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.*
12. *Deliberação n.º 11/15 – Proposta n.º 02/2015 – DCED/SMBM – Isenção de taxas de reprodução digital de 52 imagens do Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro para a Escola Secundária D. João II.*
13. *Deliberação n.º 12/15 – Proposta n.º 03/2015 – DCED/SMBM – Protocolo de Cooperação no âmbito do Curso Vocacional de Informação, Documentação e Comunicação de ensino secundário, entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Escola Secundária D. João II.*
14. *Deliberação n.º 13/15 – Proposta n.º 04/2015 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Atletismo de Setúbal.*
15. *Deliberação n.º 14/15 – Proposta n.º 05/2015 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – apoio financeiro no período de Janeiro a Junho de 2015.*
16. *Deliberação n.º 15/15 – Proposta n.º 06/2015 – DCED/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos Verticais de Escolas para despesas de funcionamento – manutenção do serviço de reprografia – janeiro a março do ano letivo 2014-2015.*

C- Período Destinado à Intervenção do Público.

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 03 de dezembro de 2014

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD/CDS.

2. Deliberação n.º 01/15 – Proposta n.º 01/2015 – GAF – Alteração ao Acordo de Execução celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra para o mandato 2013-2017

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 02/15 – Proposta n.º 03/2015 – DAFRH/DIGEF – Hasta pública para alienação de viaturas usadas, viaturas para sucata e sucata diversa

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 03/15 – Proposta n.º 04/2015 – DAFRH/DIGEF – Ratificação da justificação notarial do prédio sito na avenida Luisa Todi, 350

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 04/15 – Proposta n.º 01/2015 – DURB/DIPU/GAMOT – Conversão a sentido único da via adjacente à rua de Vanicelos (via sem nome) – União das Freguesias de Setúbal

O Sr. Vereador André Martins leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não sei se nesta via sem nome que está atrás da Igreja de São Paulo, se foi ou se está a ser ponderada a atribuição de um dos nomes no âmbito da toponímia. Poderia ser interessante para uma via sem nome passar a ter nome.

Sr. Vereador André Martins – Obrigado Sr. Vereador Luís Rodrigues, naturalmente que a sua proposta será devidamente considerada. Certamente que ela já terá sido ponderada, mas vamos tomá-la em consideração e depois direi as razões porque ainda não foi ou porque é que não há condições para ser, se for o caso.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 05/15 – Proposta n.º 01/2015 – GAGIAS – Revisão do Tarifário para 2015 – Contrato de Concessão celebrado com as Águas do Sado, S.A. – Ratificação do despacho da Sra. Presidente da Câmara

O Sr. Vereador André Martins leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Tenho aqui uma pequena dúvida, isto já foi referido na primeira vez que este processo veio aqui à câmara, porque os dados que aqui tenho dizem que o aumento médio percentual da tarifa de saneamento é de 3,7%, e não ouvi isso da sua parte. Peço desculpa, mas é o que está na informação anterior, não sei se há algum engano ou se é alguma coisa que é diferente.

Peço desculpa, esta informação é anterior, está correto. A dúvida está esclarecida, estava aqui em anexo, mas é uma informação anterior.

O que queria perguntar sobre este processo, porque alguns municípios têm adotado uma tarifa específica, que é a tarifa social, não sei até que ponto é que nós ponderamos dar relevância a uma tarifa desta natureza, porque há também a questão das famílias numerosas. Há aqui uma questão de tarifa social que é um pouco diferente e não sei se dar relevância a este aspeto, até que ponto é que poderemos ir mais longe.

Sr. Vereador André Martins – Senhor vereador como sabe e está referido na proposta, está em desenvolvimento a adaptação do contrato de concessão que é de 1997 agora à nova legislação e que de acordo com uma recomendação da ERSAR prevê a constituição de um tarifário social. Cabe, no âmbito desta adaptação a essa legislação, a implementação desse tarifário e é isso que irá acontecer.

Queria apenas referir a este propósito que das contas que nós temos e tendo em conta os consumos médios que existem no Concelho de Setúbal, esse tarifário social não terá efeitos significativos em termos globais relativamente ao tarifário que existe e que temos em vigor. Tendo em conta os consumos médios e mínimos que existem em Setúbal, o tarifário social é para consumos relativos às famílias numerosas, que é uma questão que terá de ser também avaliada no âmbito dessa adaptação, mas tem de ser uma ponderação porque a proposta das empresas que o consórcio apresentou a concurso e que foi aprovado, naturalmente que têm determinado direitos em termos da rentabilidade da concessão. Se fizerem alterações ao tarifário isso há de ter consequências na remuneração da concessionária. São questões

que têm que ser muito bem ponderadas, não são questões obrigatórias, ainda são recomendações da entidade reguladora que nós consideramos que devem ser atendidas, de uma maneira geral. Mas é necessário ver de que forma e até que ponto é que a Câmara Municipal, quando a proposta vier, estará de acordo nos termos em que é feita a recomendação da ERSAR. Aliás, pode-se verificar aí na recomendação da ERSAR se diz que não pode ser posta em causa a remuneração da própria concessionária e isto está a ser devidamente ponderado. Quando houver uma proposta de adaptação à nova legislação, ao Decreto-Lei 194/2009, naturalmente que essas questões terão de ser ponderadas e veremos se haverá um entendimento entre a Câmara Municipal e a concessionária no sentido de podermos implementar a recomendação na dimensão que é feita pela entidade reguladora.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Agradeço as explicações do Sr. Vereador André Martins, mas há câmaras que já implementaram estas tarifas especiais neste quadro, independentemente de alguma definição.

Sr. Vereador André Martins – O contrato de concessão de Setúbal é de primeira geração e o tarifário tem uma estrutura própria da altura e do entendimento que havia na altura. Há outros contratos que são mais recentes e que já têm introduzido outra estrutura e que é mais fácil essa adaptação. No caso deste contrato, que é de primeira geração, tem aqui outras implicações exatamente tendo em conta a proposta que foi apresentada e que foi aprovada quando foi o concurso público, por isso é que andamos há um ano e meio neste processo de adaptação e não é fácil. Neste momento a própria ERSAR entendeu por bem dar uma ajuda, também por nossa solicitação e esperemos que assim seja, no sentido de que haja uma maior aproximação entre as posições na defesa do interesse público, que é o que compete à Câmara Municipal, e por outro lado na defesa do que é legítimo interesse da empresa. Essa diferença de posições tem sido significativa em alguns aspetos e por isso a câmara solicitou alguns apoios, informação à ERSAR que entendeu por bem ouvir as partes e é o que está a acontecer num dos aspetos que tem a ver com a ligação da bacia de Azeitão à ETAR da Quinta do Conde e que também envolve aqui a SIMARSUL, que é um terceiro elemento que não estava previsto quando foi elaborado e aprovado o contrato de concessão, daí o arrastamento deste processo.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 5 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e do PSD/CDS.

7. Deliberação n.º 06/15 – Proposta n.º 01/2015 – DAFRH/DIRH – Parecer prévio vinculativo – autorização para a renovação do contrato de prestação de serviços celebrado em 16-01-2006 com António Manuel Gomes Lopes Ferreira

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Este é um processo recorrente e a justificação é a mesma que já assumi nas deliberações anteriores e vou votar contra.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

8. Deliberação n.º 07/15 – Proposta n.º 02/2015 – DAFRH/DIRH – Gestão dos Recursos Humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal para o ano de 2015

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Como disse e bem, a última vez que este processo aqui veio foi em 19 de novembro. Não este processo em concreto, mas o processo de recrutamento. Nessa altura a informação que foi dada é que ele tinha que vir, porque estavam a ser ultrapassados os prazos, julgo que foi essa a questão, e o processo veio aqui para não o deixar cair e revalidá-lo e julgo que até foi aprovado por unanimidade. Agora a vereadora introduziu aí um pormenor diferente e pergunto se este processo já estará internamente concluído, porque disse que agora estão a aguardar a autorização, a luz verde por parte do Governo. É apenas espera, ou há alguma troca, o que é que estará a atrasar esta autorização?

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Por uma questão de cumprimento da legislação temos que trazer, sempre que os processos não são concluídos em 6 meses, uma proposta à reunião de câmara e pedir que seja feita a dilação do prazo, porque o Orçamento de Estado obriga que em 6 meses eles sejam concluídos e se não forem terão que vir novamente à câmara, à confirmação do órgão que é a Câmara Municipal.

A questão agora é que temos todos os procedimentos completos, mas desde junho que fizemos uma exposição ao Governo, porque precisamos de uma autorização para fazer a entrada destes trabalhadores. Este ano cumprimos 3 vezes mais a redução a que estamos obrigados pelo Orçamento e estamos obrigados a cumprir uma redução de 2% que equivale a 28, 29 trabalhadores e neste momento estamos com 75 saídas da Câmara Municipal e nenhuma entrada. Aguardamos pela decisão que está condicionada ao Secretário de Estado da Administração Local e ao Secretário de Estado das Finanças, infelizmente o processo tem andado de um lado para outro com a DGAL pelo meio e tem sido difícil obter respostas. É o que nós sabemos. Da parte da Câmara Municipal todas as informações e esclarecimentos que nos foram solicitados nós já os prestámos, supomos que neste momento já não passa por nós nenhum tipo de esclarecimento, mas a verdade é que o processo não desenrola e estamos aqui numa situação complicada em relação aos serviços que temos que prestar à população, visto que é uma área muito delicada e que é uma competência da Câmara Municipal que não pode ser descorada de maneira nenhuma.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 08/15 – Proposta n.º 02/2015 – DAAE/DIAES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento

A Sra. Vereadora Carla Guerreiro leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Como é evidente entende que toda a colaboração e articulação que possa existir entre a Câmara Municipal, empresas ou associações empresariais só pode trazer vantagens ou só deveria trazer vantagens para a população e para o interesse público. Parece-me que todos nós iremos aprovar este protocolo de colaboração.

Queria colocar, neste âmbito, uma ou duas questões. Em 22 de janeiro de 2014 também veio cá um protocolo igual ou muito semelhante a este relativamente à Associação de

Comerciantes, mas que foi retirado e acho que não voltou mais, há alguma razão para que isso tivesse acontecido ou era a mesma coisa ou outra associação empresarial? Houve alguma razão para ele não vir, ou a responsabilidade é comum ou o que é que se passa?

Relativamente à IDSET, como é recente, permita-me a minha ignorância, se sabem quem é que são as empresas para já que compõem esta IDSET. Recentemente também apareceu uma outra, não aqui, se calhar mais ligada às grandes empresas, pelo menos teve grande repercussão mediática e esta para já não teve. Será que se consegue perceber qual é o âmbito geográfico, apesar de dizer que aparentemente é portuguesa, é nacional, mas se nos pudesse dizer mais alguma sobre isso, julgo que era importante para percebermos melhor quem são e quem é esta associação.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Relativamente a estas duas questões, julgo que veio uma proposta à reunião de câmara, não fui eu que a trouxe, porque nessa altura estava de licença de maternidade e não estava ao serviço. A questão aqui é que nós não tínhamos acordado exatamente todos os termos e na altura não foi possível estabelecer o protocolo como não foi possível estabelecer com outras associações. De qualquer modo nós temos feito algumas coisas com a Associação de Comércio e Serviços, como é do conhecimento, e podemos voltar a esse assunto, assim também a Associação de Comércio e Serviços tenha essa disponibilidade e essa vontade.

Não nos interessa estar aqui a trazer protocolos, coisas bonitas, coisas escritas e depois na relação do dia-a-dia nada funcionar, não se justificarem e não haver ações em prol daquilo que são os empresários, em especial aqueles que são no âmbito do comércio e dos serviços. Estar a trazer protocolos por trazer, nós não fazemos nenhum ranking para assinar não sei quantos protocolos com as entidades, queremos ter é uma colaboração e uma parceria efetiva. Quando nos apercebemos que muitas vezes essa parceria não será efetiva, a situação não se predispõe para trazermos então o protocolo e é no âmbito dessas relações que trazemos ou não esses protocolos.

Em relação à IDSET, quando digo que é uma associação relativamente nova, é porque foi criada há um ano, ano e pouco. Nota-se que está a crescer, tendo em conta as iniciativas que tem vindo a fazer e a última já foi estabelecida ali no NINHO de Novas Iniciativas Empresariais e contou com a participação de muitas pessoas, tivemos o auditório completamente cheio. Foi uma iniciativa no âmbito de informações para pessoas à procura de emprego, para desempregados. Não sei exatamente quantos associados tem, mas sei já que tem bastantes associados e até penso que a maneira como tem vindo a solicitar a participação das empresas tem sido de uma forma fácil para elas, porque os custos que as empresas têm não são de se associarem àquela associação e não são assim tão elevados. Também tem sido por aí que eles têm conseguido e porque há uma lacuna a nível de associações empresariais, especialmente na nossa região, no nosso concelho, e que julgo que também tem sido um dos objetivos desta associação. Porém não lhe sei dizer agora exatamente quantos associados tem, mas sei que tem sido uma associação em crescendo, a maior parte das pessoas da Direção, da Assembleia Geral e dos outros órgãos são da nossa cidade e julgo que, se calhar, a maior parte até dos associados começarão por ser aqui de Setúbal. Contudo julgo que eles não querem ter um âmbito restrito, querem ter um âmbito mais alargado e também afirmar Setúbal no panorama nacional.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 09/15 - Proposta n.º 01/2015 – DAAE/SAEN – Apresentação de Candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2015

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 10/15 – Proposta n.º 01/2015 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 11/15 – Proposta n.º 02/2015 – DCED/SMBM – Isenção de taxas de reprodução digital de 52 imagens do Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro para a Escola Secundária D. João II

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 12/15 – Proposta n.º 03/2015 – DCED/SMBM – Protocolo de Cooperação no âmbito do Curso Vocacional de Informação, Documentação e Comunicação de ensino secundário, entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Escola Secundária D. João II

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 13/15 – Proposta n.º 04/2015 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação de Atletismo de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 14/15 – Proposta n.º 05/2015 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – apoio financeiro no período de Janeiro a Junho de 2015

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Uma das alterações que apreço neste novo protocolo e que me suscitou algum interesse tem a ver com quem assina o referido protocolo por parte da ONDA. Posso estar mal informado, mas o que me apercebi é que a anterior Presidente, julgo que era a Ana Ferreira Guerreiro, teria de alguma maneira abandonado, não sei se o termo é este, as suas funções em 2010 e que desde essa altura até agora A ONDA teria funcionado sem Presidente. Agora neste novo figurino o protocolo que aqui aparece, ao contrário dos anteriores protocolos que referiam a Assembleia onde essa mesma Direção teria tomado posse, nada é referido. Pergunto se a câmara sabe, porque agora os protagonistas são outros, quando é se realizaram os atos eleitorais e quem são os membros dos novos corpos. Era importante, porque sendo uma entidade em que a totalidade ou quase totalidade das suas receitas são da Câmara Municipal, julgo que a câmara e todos os cidadãos tenham todo o interesse na transparência do processo. Não estou a dizer que ele não é transparente, digo é que ele deve ser.

Gostaria de ter acesso ao último relatório da ONDA que deveria ter sido entregue a 30 de setembro, o qual deveria ter sido entregue à Câmara Municipal onde refere o plano de atividades para a época desportiva seguinte e também o relatório anual de atividades onde estão os seus resultados desportivos e financeiros. Sublinho financeiros, porque sendo nós os únicos ou os principais financiadores, julgo que devemos ter alguma perceção como é que esses mesmos financiamentos são aplicados.

Por outro lado, não sei se é possível, uma vez que nos relatórios anteriores ou nos anos anteriores tem-nos sido distribuído alguns documentos de maior pormenorização, como foi em 2010, sobre quem fazia o quê, como e quando e agora isso não vem aqui. Não sei se no relatório que deveria ter sido entregue até 30 de setembro, se todas estas questões estão lá vertidas.

Sr. Vereador Pedro Pina – Muito obrigado Sr. Vereador Luís Rodrigues pelas questões que nos coloca, assim permite-nos esclarecer. Em primeiro lugar dizer que um dos propósitos desta proposta que agora trazemos aqui é retificar algumas questões relacionadas com o anterior protocolo. Era um protocolo de 2008 e com esta proposta permite-se configurar com alguns detalhes, embora na sua essência a intencionalidade do protocolo se mantenha. Não lhe sei dizer de cor, mas é com todo o gosto lhe faremos chegar que A ONDA tem órgãos sociais eleitos desde 2011 e embora isso não esteja versado nos protocolos anteriores, considerámos que era importante que estivesse contemplado agora nesta nova configuração. É esta a razão pela qual nós considerámos ser importante e ser relevante, no que respeita à assinatura do protocolo, ter a direção ou ter alguns representantes dos órgãos sociais a assinar o respetivo protocolo.

No que respeita aos relatórios, a informação poderá chegar-lhe certamente, não há qualquer dificuldade em apresentar o que é a dinâmica e o que é a projeção ou a planificação de atividades da associação, que decorre numa relação estreita com os nossos serviços da Divisão de Desporto. Se for do seu interesse, presumo que seja pela manifestação que deixou presente na sua intervenção, faremos chegar o relatório de atividades no que respeita à atividade realizada no ano desportivo que terminou e àquilo que é a programação de atividades, como o que são responsabilidades eventualmente imputadas aos técnicos da associação e aquilo que é a atividade que dinamizam no plano do nosso equipamento municipal. Creio que respondi às questões que me tinha apresentado e que nos merecem consideração.

A ideia principal que está aqui configurada neste protocolo, uma delas passa exatamente por esta diferença das *tranches*, que passaram a ser duas de seis em seis meses, a segunda é que os órgãos sociais possam ter aqui esta visibilidade e serem também os órgãos sociais da ONDA a assinar o respetivo protocolo. Também lhe poderemos fazer chegar a constituição dos órgãos sociais da ONDA para tomar conhecimento.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Também queria realçar aqui relativamente a este protocolo e relativamente à diferença que existe para os anteriores, que no art.º 4.º, na

prestação do segundo outorgante, aparece efetivamente uma série de atividades que não constavam nos anteriores, com uma maior abrangência o que torna este protocolo bem mais claro na sua análise. Parece que não estava e gerava sempre alguma controvérsia, não direi que estavam mal feitos, mas quaisquer das formas não me pareceram que fossem protocolos que nos merecessem, logo à primeira, o nosso acordo e parece-me que este está bem mais claro.

Não havendo mais discussão sobre a proposta, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 5 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e do PSD/CDS.

16. Deliberação n.º 15/15 – Proposta n.º 06/2015 – DCED/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos Verticais de Escolas para despesas de funcionamento – manutenção do serviço de reprografia – janeiro a março do ano letivo 2014-2015

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

C) Período Destinado à Intervenção do Público

Sr. Manuel Francisco Costa Diogo – Venho apresentar um problema, que já é do conhecimento da câmara. Moro na Rua Serra do Louro, 10, no Bairro 1.º de maio, em Setúbal e tenho um vizinho que é mergulhador, ele e o filho, e têm um compressor dentro da própria habitação, ou seja numa arrecadação que está ao fundo da residência, e dentro da minha cozinha, dentro dos meus quartos e até a ver televisão ouço o compressor a trabalhar constantemente, seja de dia ou de noite. Esta situação já dura há muito tempo, só que a minha mulher andou doente, tem problemas na cabeça e isso incomoda. Vim aqui no princípio de setembro à câmara apresentar o meu problema, mas antes vim primeiro saber se ele estava licenciado para a atividade que está a desenvolver e informaram-me que fosse ao Edifício Sado e lá informaram-me que ele não está licenciado e que não licenciavam ninguém para esse fim. No dia seguinte vim cá apresentar a queixa e lá seguiu os seus caminhos e passado cerca de um mês apareceram-me lá duas pessoas ligadas à fiscalização da câmara. Disse-lhes que tinha feito uma participação à câmara e contei-lhes os motivos, ao que me responderam que só podiam atuar se os apanhassem em flagrante, respondi que era difícil, porque têm a porta fechada e o compressor a trabalhar e que não há hipótese de os apanhar em flagrante. Mas pedi os seus contatos para quando lá tivessem poder chamá-las e virem imediatamente. A que me deu o número chama-se Anabela.

Passados 5 minutos de elas se terem ido embora, o rapaz pôs aquilo a trabalhar e automaticamente liguei logo, atendeu uma senhora dos serviços e disse que não estava lá ninguém, mas que ia entrar em contato. Passadas duas horas apareceram, mas já não eram as mesmas duas, eram outras, e disse que para apanharem uma pessoa em flagrante, num caso destes, tinham que ter vindo logo, porque assim não seria possível.

Vão lá 4, 5, 6 indivíduos encher as garrafas, aquilo pode não ser perigoso por ser ar comprimido, segundo já me disseram, mas o barulho é incomodativo para quem vive ali ao lado. Se não está licenciado pela câmara, pergunto se não há uma hipótese de a própria câmara resolver o problema.

Depois fui à Polícia Marítima apresentar o problema e não podem resolver porque é um caso de Polícia de Segurança Pública e disseram-me que a Câmara Municipal tem que enviar uma circular para a polícia. Quando fui à Polícia Marítima deram-me o número da ASAE, porque podiam resolver o problema, mas a ASAE disse que só podiam atuar se fosse uma fábrica, numa casa particular a câmara tem meios para poder resolver em conjunto com a

polícia. Uma vez que ninguém resolvia o problema, no dia 28 de novembro fui ter com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Nuno Costa, e tenho aqui uma carta de resposta, que posso entregar à Sra. Presidente para ver, a qual diz que ia resolver o problema junto das entidades competentes.

Também já o chamei à atenção por causa do ruído e fui ofendido de tudo e fiquei de cabeça perdida, tive que ir à médica de família e estou a tomar comprimidos para conseguir dormir.

Sr. António Martins – Venho hoje aqui para lhe apresentar as minhas maiores felicidades e que todos tenham um ano novo próspero junto de toda a família e de todos aqueles que lhes sejam mais queridos.

O assunto que venho apresentar já aqui o tinha apresentado. Tem a ver com a situação dos ciganos junto à minha porta, onde tenho um comércio para alugar e não consigo alugá-lo. Fica na Rua Francisco José Mota, 1. Hoje de manhã estavam mais de 90 ciganos.

O que é que é preciso fazer para colaborar com a câmara e com V. Exa.? No meu entender eles devem ser evacuados o mais rápido possível daquela área. Há dias foi lá o pessoal da câmara limpar tudo aquilo que lá estava e hoje já está tudo na mesma. Tenho fotografias que lhe posso enviar.

Já fui agredido, como disse na outra vez, tenho duas vertebbras partidas, há um processo a decorrer em tribunal. São ciganos e não sei o que é que vai acontecer. Ninguém aluga uma casa quando sabem que ali há ciganos, ninguém se aproxima deles. Esse problema terá que ser visto por quem tem poder para o fazer.

A outra situação tem a ver com o viveiro da câmara. A parte de trás da minha casa dá para o viveiro da câmara, foi lá posta uma associação de pintores plásticos, vão lá uma vez por semana. Bloquearam a frente toda da casa com tapumes não entra o sol nem entra ar. O senhor que lá está a primeira coisa que me pediu foi se eu via alguma viabilidade em tirar os estendais da roupa e perguntei-lhe onde é que depois estendia a roupa. Este estendal está ali há mais de 100 anos, era do meu sogro que faleceu com 93 anos, veja quanto tempo já terá passado, uma média de 120 ou 130 anos que lá está este estendal.

Para evitar atritos com alguém mudei de casa até que tudo se normalize. A minha mulher tem um vencimento de 300,00€. A renda que ela tinha era desse comércio que herdou dos pais que depois ampliei e onde gastei 5 mil contos, para estar agora uma casa fechada a estragar-se. Ainda tive um agravamento no IMI e paguei 868,00€. É uma situação que não pode funcionar e aquela gente não pode estar ali.

Da outra vez vim expor o assunto e sei que foi alguém aos viveiros da câmara, mas não me deram qualquer resposta, também sei que foram ver os ciganos e não me deram qualquer informação sobre o assunto e o que sei foi através de pessoas particulares.

Sr. Benjamim Carvalho – Aproveito para lhes desejar um bom ano no campo pessoal, profissional, mas na política é que é mais complicado, porque a felicidade de uns é a infelicidade de outros. Desejo efetivamente um bom ano para todos.

Há 3 ou 4 casos que me trazem aqui e o primeiro é que registo com algum agrado as obras que estão ainda a decorrer de rebaixar a passagem para peões. É uma obra de se registar e verifiquei que há algumas que, a meu ver, precisam de alguma atenção. Uma é a passagem que está junto à rotunda do Alegro no lado do Bairro da Azeda, em que do Alegro para o meio da via, está a passagem desnivelada e junto aos edifícios do Bairro esqueceram-se. Acredito que tenha sido esquecimento.

Uma outra é na Av. da Europa, entre a nova rotunda e a estação de serviço, tiveram que fazer ali um rebaixamento do passeio, mas como está ali uma árvore aquilo ficou tremendamente mal feito, na minha opinião. Acho que vale a pena sacrificar a árvore para benefício das pessoas.

Um outro caso é já velho, foi antes da inauguração do Alegro que é o chamado estacionamento da ligação entre a Rua Nova Sintra e a Av. Antero de Quental. Sendo certo que as obras demoram algum tempo, tenho alguma dificuldade em perceber que nestes dois meses após a inauguração do Alegro que quem tenha que resolver o problema ainda não o

tenha resolvido. Alguém deve estar a faltar ao compromisso que assumiu com o Sr. Vereador André Martins e como tal o Sr. Vereador também não pode cumprir o compromisso que assumiu para que aquela situação se resolva, e tem que ser resolvida a bem das populações, a bem da justiça e a bem dos direitos de cada um.

Um outro caso é que na Rua Nova Sintra, no espaço entre a rotunda e a Rua dos Cravos (junto à paragem dos autocarros), criaram 5 lugares de estacionamento que julgo não ser necessário, mas do mal, o menos, e no espaço entre a Rua dos Cravos e a Rua das Rosas mais 4 lugares de estacionamento. Coloquem lá 4 automóveis e depois tentem sair do Bairro da Azeda e verão como é difícil sair de lá e os riscos que correm. Está em causa a segurança, porque aquela rua é a primeira rua de saída de quem reside no Bairro da Azeda, na parte dita antiga e o pior é que aqueles lugares de estacionamento não fazem falta nenhuma. Na Rua dos Cravos há lugares mais que suficientes para colocar 4 automóveis, na Rua Central da Azeda, no espaço entre a Rua das Rosas e a Rua dos Cravos há muito espaço para estacionar e no Jumbo existem 2.600 lugares. Aquele espaço entre a Rua das Rosas e a Rua dos Cravos unicamente o que precisa é de uma placa a proibir o estacionamento para garantir a segurança de quem sai do Bairro da Azeda. Acredito que foram obras que devem ter sido realizadas pelo Alegro, mas seja como for aquilo é um espaço público e a segurança dos habitantes da Azeda também não pode ser descuidada.

Eram estes casos que queria trazer e posso dizer que a população da Azeda está disponível para tomar alguma iniciativa, como a recolha de assinaturas, e eu assumi o compromisso de trazer aqui o problema. Já não tenho muito empenho e entusiasmo em aqui vir, mas estes problemas são superiores à passividade de cada um de nós.

Sr. Luís Anjos – O problema que trago aqui não é com a câmara, mas com a Águas do Sado, que não são eficientes, são arbitrários e vou contar o que se passou comigo. No dia 4 de setembro recebi uma conta da água no valor de seiscentos e tal euros, fiquei alarmado. No dia seguinte fui aos serviços da Águas do Sado e fui informado que a empresa tinha estado a fazer a leitura do meu contador no dia 22 de agosto e detetaram uma fuga oculta, voltaram lá 4 dias depois e confirmaram a fuga e verificaram que só nesses 4 dias a fuga desperdiçou mais de 20.000 litros de água. O que é que fizeram? Nada! Foram à minha casa, verificaram que há uma fuga oculta, não fecharam a água, não disseram nada e agora dizem que não têm obrigação de fazer nada e que só tenho é que pagar, porque se não cortam-me a água.

A minha conta está no escalão mais alto da tabela, a minha água não foi gasta a tomar banho, não foi gasta em piscinas, perdeu-se no subsolo da minha casa. Reclamei por escrito, mais do que uma vez, e continuaram a dizer que teria que pagar ou que me cortavam a água até que um dia me disseram que iam anular a parte do saneamento. A parte do saneamento é anulável pela lei, que estabelece que numa situação destas a pessoa em causa não tem que pagar saneamento. Fiz um contrato para pagar em prestações e são tão incompetentes que se eu não for lá pagar, não pago.

Na minha opinião isto é uma arbitrariedade inconcebível, são ineficientes. Estou a informar, porque esta situação pode acontecer a qualquer pessoa e julgo que a câmara ao tentar defender os cidadãos também integra a Águas do Sado. Estou a falar bem ou mal?

Sra. Presidente – Mal!

Sr. Luís Anjos – É pena. Eu pago, mas quero pagar numa tabela justa, não quero pagar aquilo à taxa de luxo, além disto deveria ser obrigatório avisar para decidirmos o que fazer e aí já ficava à nossa responsabilidade.

Queria que a câmara me pudesse ajudar, pelo menos dar uma descompostura naqueles indivíduos.

O segundo caso tem a ver com o mural “Rapaz dos Pássaros”, acho que tem falta de luz, porque a luz que lá está só ilumina a cabeça e à distância não se vê nada, aquilo precisa de mais iluminação.

Em terceiro lugar, manifesto a minha satisfação pelo fogo-de-artifício do fim de ano e quem viu do lado de Tróia para cá achou que foi magnífico e quando for possível gostava que estendessem o fogo-de-artifício ao Jardim da Beira Mar. Mas tenho um reparo a fazer, a publicidade que foi feita na televisão sobre o fim de ano em Setúbal deveria ter sido mais completa. Não sei se a câmara poderá fazer algo sobre isso ou não, porque não é só vir ver o fogo-de-artifício, é o comer, é o visitar a cidade.

Sra. Presidente – Senhor Manuel Francisco a Câmara Municipal só poderia interferir nesse caso se houvesse alguma alteração à construção, só temos que ver com a construção, não temos que ver com o barulho que fazem lá dentro. Só há intervenção da Câmara Municipal se estivéssemos a falar de um estabelecimento, de um café, de um restaurante, de um hotel, porque nesses casos é a câmara que licencia e quando o faz licencia a atividade e o horário. Quando há barulho a câmara pode lá ir, se for depois do horário de licenciamento, porque se for dentro do licenciamento, desde que o barulho não seja excessivo, a Câmara Municipal não poderá fazer nada. Quando se trata de habitação, a Câmara Municipal só pode interferir se por acaso houver alteração ao licenciamento da construção, não àquilo que se faz lá dentro de casa e quando há barulho tem que se chamar a polícia, desde que esse barulho seja de facto excessivo e vá para lá do horário de descanso das pessoas, que é a partir das 22:00h, e aí poderá chamar a polícia, não os fiscais da câmara. Os fiscais da câmara têm horário de funcionamento, trabalham das 9:00h às 17:00h e não podem ser chamados a qualquer momento e a qualquer hora, porque eles não têm piquete para intervir dessa forma. Acho muito estranho que os fiscais da Câmara Municipal tenham lá ido e tenham dito que não podiam interferir, porque não foram apanhados em flagrante. Se a casa da pessoa não tem nenhuma garagem para reparação de automóveis, não está licenciada como tal, tem uma arrecadação que faz parte da habitação, a câmara não pode intervir em relação a isso, a menos que haja outros contornos. Se for como o senhor explicou a câmara não tem que intervir, não tem capacidade para isso.

A outra questão é se alguém da câmara ou algum fiscal da câmara ajudar o senhor a ir à PSP e dizer que têm que intervir em relação a isto, porque às vezes a PSP “chuta” um pouco para o lado, mas isso é da competência da PSP. Não é da Polícia Marítima, porque não está na área de jurisdição deles e só o que acontece junto ao mar é que tem a ver com a Polícia Marítima. Também não é da ASAE, porque não é nenhuma atividade comercial e não é da Câmara Municipal, é da Polícia de Segurança Pública.

Eles não têm nada para dar e não têm nada para intervir, não têm competência para intervir, nem a ASAE, nem a Polícia Marítima e nem a Câmara Municipal. A Câmara Municipal só peca porque não está a dar a informação correta, se calhar quis ser simpática. Nas casas particulares, em tudo o que sejam habitações a câmara não tem nada que interferir, a não ser que haja violação do licenciamento da construção. Não se desgaste com entidades que só podem estar a ser simpáticas consigo e mandam-no de um lado para outro. Vá à PSP e diga que foi a Sra. Presidente da Câmara que o mandou lá ir falar com eles e que são eles é que têm que lá ir resolver a situação.

Sr. Manuel Francisco Costa Diogo – Aquilo é uma atividade que eles estão a utilizar para ganharem dinheiro. Vejo-os ali todos os dias, 4 e 5 pessoas a irem encher as garrafas. Se fosse só para eles ainda fechava os olhos àquilo, mas são muitos a irem lá.

Sra. Presidente – Então estão a fazer comércio daquilo? Se eles estão lá a fazer comércio daquilo, amanhã vai lá uma fiscalização nossa para verificar essa situação. No fim falo consigo, para ver como é que os fiscais vão atuar.

Senhor António isto agora é que é um problema, agora é que temos aqui uma revolução. Então vamos evacuar os ciganos? O que é que fazemos aos ciganos? Não podemos evacuar os ciganos, estamos em que país?

Para que fique registado em ata, é evidente que a Câmara Municipal de Setúbal não vai evacuar ciganos nenhuns como é óbvio e no fim irei conversar com o Sr. António. Também

para que fique registado, nós vamos aconselhar este senhor a reclamar do valor do IMI, porque quando há insuficiência económica as reavaliações são alteradas. As pessoas levam com o aumento e não sabem de facto defender-se. Em relação ao estendal vamos ter que o alterar, queira ou não queira.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Benjamim Carvalho, nós iremos ver no local as passadeiras para verificarmos se podem ser alteradas pelo Alegro ou por nós. No que respeita aos estacionamento, o que se pretende é que cada vez estejam ali menos carros à superfície. Vamos marcar um dia para visitar aquele espaço com um técnico da câmara e consigo, uma vez que não há nada melhor do que ir ao local e verificar a situação para se fazerem as alterações.

Em relação à questão das Águas do Sado, o Sr. Luís Anjos tem os papéis da reclamação que fez? Amanhã ou depois entregue aqui uma cópia para verificarmos essa situação. A Câmara Municipal fez uma concessão, depois só temos que ver com as obras que são da nossa responsabilidade, em que a Águas do Sado, de acordo com a concessão, diz que está no contrato "X" dinheiro e que têm que fazer as obras no valor da renda anual. Mas essas fugas não são com a câmara, é com eles. Quando puder traga as fotocópias das suas reclamações para verificar essa situação com a Eng.ª Ana Oliveira.

Relativamente ao mural, foi já uma despesa excecional, porque não tínhamos previsto pôr aquela luz lá em cima. Nós pagamos de fatura à EDP mais do que pagávamos anteriormente, pagávamos 2.500.000,00€, 2.600.000,00€, chegámos a pagar 2 milhões quando andávamos aí a fazer uma poupança extraordinária, mas neste momento com o aumento do IVA, com o aumento da tarifa da luz, nós pagamos 3.600.000,00€, 3.700.000,00€ de luz. Pormos aquele apontamento lá em cima já foi importante, pode não se ver muito bem à noite e ao longe, mas já chama a atenção que está ali um mural e se as pessoas se aproximarem já vêm melhor, mas colocarmos por baixo é um gasto muito grande para a Câmara Municipal.

Quanto ao fim do ano, aqueles *spots* que passaram na televisão não foi a câmara que pagou, foi dentro de um protocolo de marketing e publicidade que a Entidade Regional de Turismo tem com os canais de televisão. São para algumas atividades, que já estão no circuito das atividades turísticas da própria Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, que privilegia e que promove e paga em nome dos seus associados. Há acordos de parceria entre a Entidade Regional e os seus associados e a Câmara Municipal de Setúbal é uma associada da Entidade Regional e como isso já está no circuito turístico dessa entidade, eles fizeram aquele *spot*. Se fossemos nós a pagar, aquilo era muito caro, porque um *spot* de uns segundos são milhares e milhares de euros e se alongássemos o *spot* nem imagina quanto seria.

Incorretamente os canais de televisão, salvo erro a SIC, anunciou que aquela passagem de ano custou à Câmara Municipal de Setúbal 70.000,00€, a Câmara Municipal de Setúbal só gastou com o fim do ano a nível logístico, porque o fogo-de-artifício foi pago pela Entidade Regional de Turismo e pelas Águas do Sado, cada um pagou metade, a banda foi paga por outra empresa. Há de vir aqui uma proposta do mecenato para aprovarmos um voto de agradecimento ao doador e a informar quem pagou a passagem do ano. A câmara se gastou 7.000,00€ ou 8.000,00€, foi muito, e em logística, como horas extraordinárias aos seus trabalhadores, etc., etc.. A SONAE, a Entidade Regional de Turismo, as Águas do Sado e algumas empresas mais pequenas pagaram a passagem do ano, como costuma ser desde que começámos a fazer a passagem do ano. Já fizemos uma chamada de atenção à SIC, porque erradamente disse que tínhamos gasto 70.000,00€. Mesmo que os tivéssemos gasto era para já um esforço e um dinheiro que não tínhamos e que aumentaria a dívida e não estávamos dispostos a isso. Mesmo assim era barato face à Madeira que já faz parte de um cartaz turístico e que com certeza ganha muito mais do que aquilo que gasta, ou outra zona qualquer. A Câmara Municipal não pagou nada em relação ao fim de ano.

Desejar a todos um bom ano, com muita saúde, muita felicidade pessoal, profissional e também muitas felicidades políticas.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quarenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 04 de fevereiro de 2015, por unanimidade, contém 30 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

A Chefe da Divisão de Administração Geral



Ana de Goes dos Santos Silvestre Pestana Lopes

Ata elaborada por:
Helena Rosa

Conferida por:
Ana Cristina Claro